

OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS E POLÍTICOS DO PROCESSO EDUCATIVO NO PENSAMENTO MARXISTA

Raquel Dias Araujo¹
Juliane Gonçalves Queiroz²

RESUMO

O artigo que apresentamos ao IV Seminário CETROS: Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, intitulado “Os fundamentos teóricos e políticos do processo educativo no pensamento marxista” traz os resultados parciais da pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito do Projeto de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Ceará – IC/UECE. A pesquisa assume como objetivo geral perscrutar nas obras de Marx e Engels os esboços de uma concepção de Educação de matiz emancipatória, identificando suas principais categorias e buscando aferir o papel do complexo educacional no processo de transformação social. Trata-se de um trabalho de natureza teórica, realizado mediante pesquisa bibliográfica, durante a qual, no primeiro momento, detivemos nossa atenção sobre a análise da categoria Educação nas obras de Marx e Engels, tomando como referência a coletânea “Textos sobre educação e ensino” (MARX; ENGELS, 2004). A problemática é enfrentada à luz da ontologia marxiana, considerando, portanto, a educação em sua complexidade histórico-social. Por esse ângulo, buscamos identificar os limites e reconhecer as possibilidades de uma intervenção pedagógica no interior dos sistemas educativos, no contexto das sociedades de classes e, em particular, no capitalismo, no horizonte da emancipação humana.

Palavras-chave: Marxismo. Educação. Emancipação.

1 A PERSPECTIVA DE ANÁLISE: MÉTODOS E METODOLOGIA

O estudo sobre os fundamentos teóricos e políticos da educação no pensamento marxista justifica-se, nesse momento, pela necessidade de responder teoricamente, no campo da educação, às várias tentativas discursivas e práticas de imprimir ao complexo educacional a supremacia sobre as relações sociais de produção,

¹ Dra. em Educação. Professora Adjunta do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará – CED/UECE, lotada no curso de pedagogia. Email: raquel.dias@uece.br.

² Graduanda em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará – UECE. Bolsista de Iniciação Científica – IC/UECE. Orientanda da professora Raquel Dias Araujo. Email: july_julygg@hotmail.com.

[...] tomando o determinante pelo determinado e vice-versa. Com isso, a educação, de elemento socialmente determinante, passa a ser veiculada como determinante das relações sociais, sendo capaz, em consequência, de modificá-la pela força de seu intrínseco poder (SAVIANI, 2003, p. 12).

Buscamos identificar nas obras de Marx e Engels as origens da concepção marxiana de Educação, destacando seus elementos essenciais. Para tanto, tomamos como referência a coletânea “Textos sobre educação e ensino” (MARX; ENGELS, 2004). Partindo daí, intencionamos debruçarmo-nos sobre a contribuição de alguns intérpretes que se dedicaram a estudar acerca do tema da Educação, à luz do referencial marxiano. Para tanto, selecionaremos uma amostra das obras, a saber, Mészáros (2005), Manacorda (1996), Tonet (2005, 2007), dando destaque para a análise da obra de Saviani, *Pedagogia Histórico-Crítica* (2003), que consiste numa tentativa de buscar no referencial histórico-dialético a explicitação das “[...] relações entre a educação e seus condicionamentos sociais, evidenciando a determinação recíproca entre a prática social e a prática educativa, entendida, ela própria, como uma modalidade específica da prática social” (SAVIANI, 2003, p. 13).

O método de análise, nessas circunstâncias, não poderia ser outro senão o materialismo histórico dialético, o qual se funda na relação recíproca entre singularidade e totalidade, sendo, assim, o método crítico para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular, colocando-os no máximo nível de consciência, “com o único objetivo de poder captar todo o ente na plena concreticidade da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele” (LUKÁCS, 1979, p. 27).

Assim, o referencial materialista histórico dialético se apresenta como possibilidade de construção do conhecimento e de intervenção na realidade, como instrumento da práxis social, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação. Nesse sentido, a sua escolha, dentre tantas alternativas, justifica-se pelo seu caráter de criticidade, radicalidade e de totalidade, permitindo-nos uma apreensão radical da realidade na sua materialidade e historicidade, possibilitando-nos identificar as infinitas interconexões existentes entre a particularidade do nosso objeto de estudo e o contexto no qual se insere.

No intuito de alcançar os objetivos propostos, formulamos os seguintes questionamentos norteadores do processo investigativo: Quais os fundamentos

teóricos e políticos de uma concepção emancipadora de educação? Que papel cumpre a educação na sociedade de classes, em particular na sociedade capitalista? Qual a contribuição da Pedagogia Histórico-Crítica para a compreensão do fenômeno educativo na sociedade atual? Em que medida a educação pode contribuir para o processo de emancipação humana?

2 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA CATEGORIA EDUCAÇÃO EM MARX E ENGELS

O resgate no pensamento marxiano, desde os clássicos passando pelos contemporâneos, de uma concepção de educação de matiz emancipatória, que possa apontar como horizonte a formação de um ser humano na sua integralidade, torna-se, a nosso ver, uma necessidade da realidade concreta que se confronta diretamente com os rumos que a educação vem tomando em tempos de barbárie capitalista, que a transformou num objeto do mercado como outro qualquer.

Nesse sentido, o trabalho realizado até o presente momento consistiu na investigação em torno dos fundamentos teóricos e políticos da educação no pensamento marxista, buscando identificar as possíveis origens de uma concepção emancipadora de educação em Marx e Engels, tomando como obra de referência "Textos sobre educação e ensino" (2004), uma coletânea de textos organizada pela Editora Centauro.

Vale registrar que Marx e Engels nunca escreveram um texto especificamente sobre o tema da educação e do ensino. As referências aos referidos temas podem ser encontrados ao longo de sua obra, tanto nos "Manuscritos Econômico-Filosóficos" como em "O Capital". Isto não quer dizer que as referências configurem apenas opiniões conjunturais desses autores acerca da temática estudada por nós.

Observada em sua historicidade e na sua relação com os outros complexos que constituem a vida social, em particular, na sociedade capitalista, a educação, tratada por Marx e Engels, ainda que de maneira aleatória, ganha um sentido bastante específico no processo de reprodução social.

A hipótese central da pesquisa com a qual trabalhamos foi formulada em torno da compreensão de que o complexo educacional cumpre predominantemente uma função reprodutora nas sociedades de classes, mas que, apesar dessa determinação, é impossível negar seu caráter contraditório, como reflexo das próprias contradições sociais, nas quais a educação se situa e se desenvolve. A questão central sobre a qual a pesquisa incidiu tratou da identificação dos limites e das possibilidades da intervenção de uma concepção emancipadora de educação no processo de emancipação humana. Tais reflexões já podem ser identificadas nas elaborações de Marx e Engels, mas estão melhores desenvolvidas em autores contemporâneos da área da educação, os quais se dedicaram a extrair da obra de Marx e Engels as premissas dessa concepção e desenvolvê-la, considerando as condições atuais.

É importante registrar também o mérito dos editores da coletânea "Textos sobre educação e ensino", da qual lançamos mão para iniciar nosso trabalho investigativo. A coletânea localiza não apenas as obras nas quais Marx e Engels se referem aos temas da educação e do ensino, o que, *per se*, já seria uma grande contribuição, mas, além disso, os editores trazem na introdução uma explicação acerca da organização da coletânea, dos textos (ou trechos retirados dos originais) e dos temas tratados, conferindo, portanto, uma maior coerência aos textos elencados no livro.

Os textos de Marx e Engels foram agrupados em cinco temas, a saber: 1. Sistema de ensino e divisão do trabalho; 2. Educação, formação e trabalho; 3. Ensino, ciência e ideologia; 4. Educação, trabalho infantil e feminino; 5. O ensino e a educação da classe trabalhadora.

As referências a estes temas feitas por Marx e Engels estão distribuídas em várias obras, tais como: "A sagrada família", "A ideologia alemã", "Manifesto Comunista", "O Capital", "A origem da família, da propriedade privada e do Estado", "Crítica ao Programa de Gotha", "Salário, preço e lucro", dentre outras.

As leituras e discussões empreendidas até o presente momento buscaram contribuir com as investigações sobre a complexa relação entre trabalho e educação no capitalismo, com o intuito de vislumbrar e apontar as perspectivas de emancipação humana. Para tanto, foi organizado um grupo de estudo, o qual se encontra em processo de institucionalização, denominado Marxismo e Educação,

com o objetivo de contribuir com a formação teórico-política do corpo discente do curso de pedagogia e daqueles que se interessam pela temática, referenciada no marxismo, com intuito de instrumentalizar a crítica à sociabilidade capitalista, bem como contribuir com a análise quanto ao papel da educação na sociedade burguesa, identificando os seus limites e as suas possibilidades no processo de construção da emancipação humana por parte da classe trabalhadora.

Além do grupo de estudo, os resultados parciais da pesquisa foram apresentados em eventos científicos, a exemplo da XVII Semana Universitária da UECE, realizada em 2012; do XI Encontro Cearense de Historiadores da Educação – ECHE e do I Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação – ENHIME, ocorrido na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – FAGED/UFC, no ano de 2012.

3 A CATEGORIA EDUCAÇÃO CONCEBIDA NO PENSAMENTO MARXISTA EM SUA COMPLEXIDADE HISTÓRICO-SOCIAL: ELEMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO

No processo de reprodução da existência humana, o ser humano entra em relação com a natureza e com os outros seres humanos, transformando a realidade existente e a si próprio, num processo complexo, que une a intencionalidade e ação, mediante o ato do trabalho. Por isso, dizemos que o trabalho é o ato fundante da sociabilidade humana. Como bem explicitou Marx (1996),

[...] o trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (Marx, 1996, p. 50).

No entanto, a reprodução do ser social, ou seja, a sua continuidade exige várias mediações que se interpõem entre a consciência, que estabelece uma finalidade, e a ação propriamente dita sobre a causalidade a ser modificada. Assim, a escolha dos meios necessários à efetivação de um determinado fim se faz baseada no conhecimento o mais aproximado possível da realidade sobre a qual o ser humano pretende agir e modificar. A produção desse conhecimento sobre o real

pode se realizar de maneira formal ou informal a depender da situação. Nesse sentido, o processo educativo, em sentido geral, mas, também, em sentido restrito, realiza-se como uma condição sine qua non, da reprodução da vida humana, sendo uma exigência crescente das sociedades modernas.

Aqui, destacamos a educação como uma das mediações chaves do processo de reprodução do ser social. Como explica Saviani (2003):

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2003, p. 13).

Ora, nas sociedades primitivas, quando não existiam as diferenças de classe e a produção da existência era um ato coletivo, o processo educativo, apesar de distinto pela sua própria natureza, até certo ponto, confundia-se com o próprio processo do trabalho, uma vez que a educação, nesse momento, não institucionalizada, só justificava-se pela necessidade da continuidade do gênero humano. Isto significa que a reprodução do ser social exigia como condição imediata, o conhecimento profundo da natureza, para se proteger de suas intempéries e para tirar dela o melhor proveito.

A partir do momento que a raça humana se divide em classes sociais distintas e antagônicas como resultado do processo de apropriação privada dos meios de produção por uma parcela minoritária da sociedade, a educação se institucionaliza e se transforma numa ferramenta necessária ao processo de reprodução social atrelada manutenção de um certo status quo. A escola como um elemento constituinte do Estado, órgão regulador das sociedades de classes, passa a ter papel central na institucionalização das normas e regras da vida social.

Nas sociedades antigas, baseadas em relações de produção escravagistas, a exemplo da Antiga Grécia, a escola assume o significado de “lugar do ócio”, uma vez que a maioria da sociedade, constituída de escravos, não precisava da escola para aprender uma profissão e muito menos para incorporar as normas e as condutas da vida em sociedade.

Primeiro, porque aprendiam o ofício no próprio trabalho e, segundo, porque a vida social resumia-se à própria escravidão. Desse modo, a escola destinava-se aos filhos do sexo masculino dos proprietários de escravos, os quais frequentavam a instituição escolar para aprenderem a ser dirigentes da sociedade. O conhecimento era um instrumento de dominação e exploração de classe.

Nas sociedades medievais, nas quais a ordem social se hierarquizava pelos mandamentos da Igreja Católica, a escola, entendida como o lugar do ócio com dignidade, assumia o papel de preparar a classe dominante nos ensinamentos do que era tido como sagrado. Assim, a escola auxiliava no processo de reprodução social orientado pelo pensamento religioso, o pensamento dominante da sociedade. Os trabalhadores servis, assim como os escravos nas sociedades antigas, não precisavam frequentar a escola para aprender a cultivar a terra, principal atividade econômica das sociedades feudais. A atividade intelectual realizada na escola era considerada uma atividade digna em oposição à atividade manual realizada pelos servos e os seus filhos. Nesse sentido, o conhecimento erudito produzido pela instituição escolar só poderia se destinar àqueles que eram dignos de recebê-lo.

Saviani (2003) ressalta que nesses dois tipos de sociedades – antiga/escravista e medieval/feudal,

[...] a escola aparecia como uma modalidade de educação complementar e secundária. Isto porque a modalidade principal de educação continuava sendo o trabalho, uma vez que a grande massa, a maioria, não se educava através da escola, mas através da vida, ou seja, através do processo de trabalho [...] (SAVIANI, 2003, p. 95).

Com a instauração da ordem social capitalista e o advento da industrialização, a educação institucionalizada torna-se uma exigência, visto que o capitalismo se rege por códigos escritos e contratos formais. O trabalhador, agora, livre para negociar a sua força de trabalho, fará isso com base numa relação contratual, o que requer, minimamente, níveis adequados de escolarização. Por outro lado, o aprendizado de um ofício exige necessariamente, nesse contexto a mediação da escola, como a instituição especializada na qualificação da força de trabalho. Mészáros (1981) enfatiza essa idéia ao afirmar que as duas funções principais da escola na sociedade capitalista são: a reprodução da força de trabalho e a veiculação da ideologia dominante.

Em outro momento, o mesmo autor (2005) ratifica a premissa acima aludida ao concluir que:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...] (Mészáros, 2005, p. 35).

Destarte a função predominantemente reprodutora da instituição escolar nas sociedades de classe, não podemos negar que a sua generalização a partir da Revolução Francesa é uma conquista contraditória da classe trabalhadora, uma vez que expressa também uma demanda dos trabalhadores por educação que os prepare para intervir conscientemente no mundo para transformá-lo em seu benefício. A burguesia, embora busque ter um controle o mais rigoroso possível do sistema educativo, por meio do aparato do Estado, na tentativa de direcioná-lo ao cumprimento dos seus objetivos, não consegue controlá-lo in totem, pois o conhecimento produzido na escola não pode ser absolutamente controlado como os processos produtivos, por exemplo.

O conhecimento, por mais fragmentado e alienante que seja, abre possibilidades de uma leitura do mundo antes inimagináveis. Por isso que muito importa aos trabalhadores a apropriação do conhecimento, já que lhe é cotidianamente negado, como uma forma de mantê-lo ignorante e submisso aos imperativos do capital. Saviani (2003, p. 71) chama a atenção para o fato de que “[...] mesmo o aspecto reprodutor da educação é contraditório e não mecânico” por ser ele mesmo um reflexo da contradição essencial da sociedade de classes, que, no capitalismo, se expressa na antinomia entre capital e trabalho.

No entanto, vale frisar, com apoio de Tonet (2005), que:

A existência do antagonismo de classe, contudo, também implica no surgimento – sob formas explícitas ou implícitas – de outras propostas, com outros fundamentos, outros valores e outros objetivos. De modo que o campo da educação, como aliás toda a realidade social, é um espaço no qual se trava uma incessante luta, ainda que a hegemonia esteja sempre nas mãos das classes dominantes. Essas outras propostas, no entanto, sempre terão um caráter restrito, pontual, isolado. No caso da sociedade atual, uma proposta de educação emancipadora só poderá ser explicitada em seus elementos gerais, mas nunca poderá ser levada à prática como um conjunto sistematizado [...] (TONET, 2005, p. 223).

Em Pedagogia Histórico-Crítica, Saviani (2003) vai desenvolver uma teoria educacional, à luz do movimento histórico e das contradições das relações sociais capitalistas, que “[...] busca compreender a questão educacional a partir dos condicionamentos sociais” (p. 92). Trata-se, portanto, nas palavras do próprio autor:

[...] de uma análise crítica porque consciente da determinação exercida pela sociedade sobre a educação; no entanto, é uma análise crítico-dialética e não crítico-mecanicista. Com efeito a visão mecanicista inerente às teorias crítico-reprodutivistas considera a sociedade determinante unidirecional da educação. Ora, sendo esta determinada de forma absoluta pela sociedade, isto significa que se ignora a categoria de ação recíproca, ou seja, que a educação é, sim, determinada pela sociedade, mas que essa determinação é relativa e na forma de ação recíproca – o que significa que o determinado também reage sobre o determinante. Conseqüentemente, a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação (SAVIANI, 2003, p. 92)

A questão que se apresenta para a investigação nesse projeto de pesquisa, à luz da literatura referida, é saber em que medida a educação age sobre o determinante – o conjunto das relações sociais dominantes – por meio da ação recíproca, e quais as suas implicações concretas no processo de transformação social.

4 REPRODUÇÃO, CONTRADIÇÃO, EMANCIPAÇÃO: CATEGORIAS QUE SE ENTRELACAM NA PRÁXIS EDUCATIVA

Apresentamos neste artigo as conclusões preliminares da pesquisa. Nossa hipótese partia da compreensão de que a educação cumpre um papel predominantemente reprodutor, determinado pelo processo histórico, mas, no entanto, sem deixar de reconhecer as suas contradições. A análise da problemática proposta pela pesquisa e pelo grupo de estudo originado desta, a saber, o papel do complexo educacional no contexto do capitalismo contemporâneo, considerada em sua complexidade histórico-social, suscitou reflexões importantes para a compreensão da práxis educativa, de viés emancipatória, tanto no que se refere ao desvelamento das relações sociais alienantes como para o processo de emancipação humana.

Nesse sentido, examinar a problemática educacional à luz do movimento histórico e das contradições das relações sociais capitalistas trata-se de reconhecer que a educação

[...] é determinada pela sociedade, mas que essa determinação é relativa e na forma de ação recíproca [...] a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação (SAVIANI, 2003, p. 92).

A questão que se apresenta, portanto, é saber em que medida a educação age sobre o determinante – o conjunto das relações sociais dominantes – por meio da ação recíproca, e quais as suas implicações concretas no processo de transformação social. Por isso, a luta no interior das escolas e das universidades em prol de uma educação omnilateral não pode estar descolada da luta pela superação do capitalismo.

Na esteira desse raciocínio, compreendemos que a constituição de uma escola que propicie a formação *omnilateral* do ser humano só será possível no terreno da luta política, ou seja, da conquista efetiva da emancipação total ou plena porque “[...] só é tal emancipação porque os sobreditos sentidos e propriedades se tornaram *humanos*, tanto do ponto de vista subjectivo como objectivo [...]” (MARX, 1993, p. 197). Marx complementa afirmando que:

[...] a objectivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é necessária para *humanizar* os sentidos do homem e criar a *sensibilidade humana* correspondente a toda a riqueza do ser humano e natural (MARX, 1993, p.200) (Grifos do autor).

Nessa direção, Marx (1993, p. 197) enfatiza que a “[...] eliminação da propriedade privada constitui, portanto, a *emancipação* total de todos os sentidos e qualidades humanas [...]” (MARX, 1993, p. 197).

Nesse sentido, reafirmamos que a construção de uma escola propiciadora de formação *omnilateral* e, aliado a isso, a luta pela superação da ordem capitalista e pela conquista da emancipação plena são tarefas do conjunto da classe trabalhadora organizada como classe para exercer seu papel revolucionário na história. Assim, apesar de a escola não se apresentar como o *locus* privilegiado da luta de classes, não podemos abdicar de realizar uma intervenção pedagógica

emancipatória, reconhecendo seus limites e, ao mesmo tempo, considerando suas contradições e vislumbrando as possibilidades, ainda que sejam limitadas pelo seu caráter globalmente reprodutor.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUKÁCS, Georg. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

MANACORDA, Alighiero Mario. **Marx e a pedagogia moderna**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARX, Karl. **O Capital** - crítica da economia política. Livro 1. V.I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1993.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8 ed. revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2003.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió-AL: EDUFAL, 2007.

_____. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2005.